

Demonstrações Financeiras

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial levantado	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 12 e 20.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte da administração da concessão de rodovia, uma vez que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle deste ativo incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessão, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas.

Adicionalmente, avaliamos se as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras foram apropriadas.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, principalmente transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa 17.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ezequiel Litvac', is written over a faint, light blue circular stamp or watermark.

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP-249186/O-5

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Balanço patrimonial levantado
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.197	52.661
Títulos e valores mobiliários - vinculados	6	59.549	49.666
Clientes	7	16.431	16.143
Tributos a recuperar	9	65	2.510
Despesas antecipadas	8	781	887
Partes relacionadas	17	15	102
Outros créditos		1.294	1.063
Total do ativo circulante		88.332	123.032
Não circulante			
Depósitos judiciais	10	24.192	17.446
Imobilizado	11	15.578	19.715
Intangível	12	1.264.173	1.156.660
Total do ativo não circulante		1.303.943	1.193.821
Total do ativo		1.392.275	1.316.853

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
	explicativa		
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		6.650	5.616
Debêntures	16	60.280	47.500
Empréstimos e financiamentos	15	34.384	38.362
Partes relacionadas - fornecedores	17	38.193	15.123
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	3.986	2.787
Obrigações sociais e trabalhistas	21	3.469	3.044
Provisão para manutenção	18	4.579	1.439
Provisão para construção de obras futuras	19	6.681	6.681
Obrigações com poder concedente	20	380	360
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.c	835	-
Juros sobre o capital próprio a pagar	23.d	7.101	-
Outras contas a pagar		2.317	2.548
Total do passivo circulante		168.855	123.460
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	147.932	176.285
Debêntures	16	416.558	426.541
Partes relacionadas - mútuo	17	122.037	108.065
Provisão para manutenção	18	18.346	18.513
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	22	2.235	1.794
Tributos diferidos	13.a	11.998	13.186
Outras contas a pagar		5.870	3.408
Total do passivo não circulante		724.976	747.792
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	428.139	350.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	23.a	-	34.000
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	23.c	447	384
Reserva de lucros - orçamento de capital	23.d	56.534	61.673
Reserva de lucros - constituição de dividendos	23.d	7.908	-
Reserva de lucros - legal	23.b	5.416	4.560
Prejuízos do exercício		-	(5.016)
Total do patrimônio líquido		498.444	445.601
Total do passivo e patrimônio líquido		1.392.275	1.316.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	24	360.906	393.539
Custo dos serviços prestados	25	(214.594)	(269.685)
Lucro bruto		<u>146.312</u>	<u>123.854</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(19.115)	(22.335)
Outras (despesas) receitas, líquidas		13	8
		<u>(19.102)</u>	<u>(22.327)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>127.210</u>	<u>101.527</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	13.448	14.525
Despesas financeiras	26	(111.163)	(124.832)
		<u>(97.715)</u>	<u>(110.307)</u>
Lucro (prejuízo) operacional e antes do imposto de Renda e da contribuição social		<u>29.495</u>	<u>(8.780)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13.b)	(8.549)	110
Diferidos	13.b)	1.188	3.654
		<u>(7.361)</u>	<u>3.764</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>22.134</u>	<u>(5.016)</u>
Lucro (prejuízo) líquido por ação (em R\$)	27	<u>0,05</u>	<u>(0,01)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	22.134	(5.016)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>22.134</u>	<u>(5.016)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	AFAC	Plano de opção com base em ações	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		309.725	-	271	4.560	61.673	-	-	376.229
Aporte de capital	23.a	40.275	-	-	-	-	-	-	40.275
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	23.a	-	34.000	-	-	-	-	-	34.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas	23.c	-	-	113	-	-	-	-	113
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(5.016)	(5.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		350.000	34.000	384	4.560	61.673	-	(5.016)	445.601
Aporte de capital	23.a	39.000	-	-	-	-	-	-	39.000
Orçamento de capital	23.d	5.139	-	-	-	(5.139)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	23.a	34.000	(34.000)	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	23.c	-	-	63	-	-	-	-	63
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	22.134	22.134
Destinação do lucro:									
Reserva legal	23.b	-	-	-	856	-	-	(856)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,02 por ação)	23.e	-	-	-	-	-	-	(8.354)	(8.354)
Constituição de reserva para dividendos (R\$0,02 por ação)	23.e	-	-	-	-	-	7.908	(7.908)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		428.139	-	447	5.416	56.534	7.908	-	498.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	22.134	(5.016)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	31.954	40.465
Perda/baixa do ativo imobilizado e do intangível	578	44
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	91.515	108.843
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	318	(1.222)
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	443	394
Provisão para manutenção e construção de obras futuras	5.859	8.154
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	2.284	1.776
Receita sobre títulos e valores mobiliários	(5.138)	(6.512)
Tributos diferidos	(1.188)	(3.654)
Plano de opção com base em ações	63	113
Juros sobre contrato de mútuo	12.244	13.898
Levantamento dos depósitos judiciais	560	241
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(2.322)	(2.509)
Capitalização de juros no intangível	815	(15)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	22	(1.061)
Obrigações com Poder Concedente	4.022	4.023
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	(34.000)	34.000
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.549	(110)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(310)	1.109
Tributos a recuperar	2.445	(2.454)
Despesas antecipadas	106	95
Depósitos judiciais	(4.984)	(12.021)
Partes relacionadas	87	-
Outros créditos	(231)	1.034
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.034	(10.659)
Obrigações sociais e trabalhistas	425	(89)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.199	(332)
Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	(320)	(959)
Outras contas a pagar	2.231	(1.203)
Partes relacionadas - fornecedores	24.798	9.070
Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	(5.170)	(7.704)
Imposto de renda e contribuição social	(7.714)	(5.224)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>152.308</u>	<u>162.515</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.769)	(2.173)
Aquisição de intangível	(133.954)	(144.186)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(136.723)</u>	<u>(146.359)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Títulos e valores mobiliários	(4.745)	11.805
Aporte de capital	78.139	40.275
Capitalização orçamento de capital	(5.139)	-
Partes relacionadas - mútuo	-	(2.085)
Obrigações com poder concedente	(4.002)	(4.022)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.253)	(1.752)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(51.736)	(40.382)
Juros pagos	(69.313)	(57.993)
Caixa líquido (aplicado) pelas atividades de financiamento	<u>(58.049)</u>	<u>(54.154)</u>
Redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(42.464)</u>	<u>(37.998)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.661	90.659
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.197	52.661
Redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(42.464)</u>	<u>(37.998)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	254.765	254.515
Com construção	115.904	148.485
Outras receitas	13.358	13.666
	384.027	416.666
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(164.487)	(211.479)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(13.845)	(16.990)
	(178.332)	(228.469)
Valor adicionado bruto	205.695	188.197
Depreciações e amortizações	(31.954)	(40.465)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	173.741	147.732
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.448	14.525
Valor adicionado total a distribuir	187.189	162.257
Distribuição do valor adicionado	187.189	162.257
Pessoal	21.012	21.461
Remuneração direta	14.940	15.797
Benefícios	5.161	4.716
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	911	948
Impostos, taxas e contribuições	30.482	19.348
Federais	17.148	6.009
Municipais	13.334	13.339
Remuneração de capitais de terceiros	113.561	126.464
Juros	56.417	61.717
Aluguéis	1.877	1.632
Outros efeitos financeiros	55.267	63.115
Remuneração de capitais próprios	22.134	(5.016)
Reserva legal	856	-
Juros sobre capital próprio	8.354	-
Absorção de prejuízos acumulados	5.016	-
Constituição de reserva de dividendos	7.908	-
Prejuízo do exercício	-	(5.016)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 29.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem debêntures, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos--Continuação

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 14,41% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- a) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.304	4.003
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	2.018	42.986
Aplicações compromissadas (b)	2.914	4.210
Aplicações automáticas compromissadas (c)	961	1.462
	10.197	52.661

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário, 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira e 5,0% em Títulos Públicos.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Política contábil--Continuação

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundo de Investimentos (a)	57.589	47.765
Poupança (b)	1.960	1.901
	59.549	49.666
Circulante	59.549	49.666
Não circulante	-	-

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,8% do CDI (98,9% em 31 de dezembro de 2015) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal BNDES e Debêntures.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$1.960 (R\$1.901 em 31 de dezembro de 2015) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

7. Clientes--Continuação

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	14.514	14.667
Cupons de pedágio	999	796
Receitas acessórias	1.027	767
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (a)	(109)	(87)
	<u>16.431</u>	<u>16.143</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	16.232	16.140
Vencidos:		
Até 30 dias	182	3
De 31 a 120 dias	17	-
Acima de 120 dias	109	87
	<u>16.540</u>	<u>16.230</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	87	1.148
Valores recuperados no exercício	(3)	(1.066)
Constituição de PECLD no exercício	25	5
	<u>109</u>	<u>87</u>

8. Despesas antecipadas

O saldo de R\$781 em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante, (R\$887 em 31 de dezembro de 2015) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 31.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

9. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	65	2.441
Outros	-	69
	<u>65</u>	<u>2.510</u>

10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	17.446	3.157
Adições	4.984	12.021
Baixas	(560)	(241)
Atualização monetária	2.322	2.509
Saldo no fim do exercício	<u>24.192</u>	<u>17.446</u>

As adições realizadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 referem-se aos depósitos complementares das 92 ações de desapropriação referente à obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até a Rodovia Oswaldo Cruz, decorrentes da obrigação contratual com o Poder Concedente.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

11. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	14,2	47.983	1.392	(4)	515	49.886	(29.328)	(7.007)	-	-	(36.335)	13.551	18.655
Máquinas e equipamentos	11,3	780	180	-	-	960	(262)	(98)	-	-	(360)	600	518
Móveis e utensílios	9,9	1.497	75	-	(1)	1.571	(500)	(152)	-	1	(651)	920	997
Edificações	3,6	250	-	-	(1)	249	(38)	(9)	-	(4)	(51)	198	212
Instalações	10,1	4.606	526	-	11	5.143	(675)	(495)	-	3	(1.167)	3.976	3.931
Outros	-	230	-	-	240	470	(63)	-	-	63	-	470	167
		55.346	2.173	(4)	764	58.279	(30.866)	(7.761)	-	63	(38.564)	19.715	24.480

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	11,0	49.886	862	-	4	50.752	(36.335)	(5.541)	-	-	(41.876)	8.876	13.551
Máquinas e equipamentos	12,1	960	681	-	-	1.641	(360)	(157)	-	-	(517)	1.124	600
Móveis e utensílios	10,0	1.571	80	-	(3)	1.648	(651)	(161)	-	-	(812)	836	920
Edificações	-	249	-	-	-	249	(51)	-	-	-	(51)	198	198
Instalações	9,8	5.143	891	-	(1)	6.033	(1.167)	(546)	-	-	(1.713)	4.320	3.976
Veículos	24,3	-	255	-	-	255	-	(31)	-	-	(31)	224	-
Outros	-	470	-	-	(470)	-	-	-	-	-	-	-	470
		58.279	2.769	-	(470)	60.578	(38.564)	(6.436)	-	-	(45.000)	15.578	19.715

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

11. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados R\$815 de encargos financeiros (R\$15 em 31 de dezembro de 2015).

12. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

12. Intangível--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização					Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.139.352	143.909	(40)	(224)	1.282.997	(94.215)	(32.547)	-	(63)	(126.825)
Softwares de terceiros	11,4	521	19	-	(540)	-	-	-	-	-	-	-	521
		1.235	273	-	-	1.508	(863)	(157)	-	-	(1.020)	488	372
		1.141.108	144.201	(40)	(764)	1.284.505	(95.078)	(32.704)	-	(63)	(127.845)	1.156.660	1.046.030

	Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização					Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
		Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.282.997	94.504	(571)	9	1.376.939	(126.825)	(25.366)	-	-	(152.191)
Softwares de terceiros	9,4	-	38.426	(7)	461	38.880	-	-	-	-	-	38.880	-
		1.508	209	-	-	1.717	(1.020)	(152)	-	-	(1.172)	545	488
		1.284.505	133.139	(578)	470	1.417.536	(127.845)	(25.518)	-	-	(153.363)	1.264.173	1.156.660

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de dezembro de 2016 é de 1,91% a.a. (2,69% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	610	234	(84)	760	150
Provisão para férias e encargos de diretores	105	83	(20)	168	63
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação					
Duvidosa - PECLD	1	9	(8)	2	1
Prejuízo fiscal e Base negativa	618	1.255	(1.873)	-	(618)
Provisão para manutenção	9.154	1.131	(121)	10.164	1.010
Juros capitalizados	(87)	(136)	(44)	(267)	(180)
AVP ônus Concessão	2.349	-	(341)	2.008	(341)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(25.936)	-	1.103	(24.833)	1.103
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(13.186)	2.576	(1.388)	(11.998)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					1.188

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Tributos diferidos--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	1.297
2017	1.410	1.190
2018	1.240	965
2019	1.035	965
2020 a 2021	(15.683)	(17.595)
	<u>(11.998)</u>	<u>(13.178)</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a conseqüente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social--Continuação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	29.495	(8.780)
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(10.028)	2.985
Juros sobre capital próprio	2.840	-
Despesas indedutíveis	(196)	(217)
Incentivos fiscais (PAT)	154	110
Outros	(131)	886
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	7.361	3.764
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(8.549)	110
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	1.188	3.654

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	-	5.334
Despesa IR/CS corrente DRE	8.549	(110)
Total IR/CS pagos no exercício	(7.714)	(5.224)
Saldo final provisão IR/CS	835	-

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.263	1.197
COFINS	799	773
PIS	171	165
ISS na fonte	142	62
INSS fonte	151	108
PIS/COFINS/CSLL na fonte	1.205	215
Outros	255	267
	3.986	2.787

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional - BNDES	16 de junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	148.819	173.214
Em moeda nacional - BNDES	15 de julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	33.497	41.433
			182.316	214.647
Circulante			34.384	38.362
Não circulante			147.932	176.285

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	214.647	230.946
Encargos financeiros	21.836	23.177
Pagamento principal	(32.580)	(24.354)
Pagamento de juros	(21.587)	(15.122)
Saldo final	182.316	214.647

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia	A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
Índices financeiros exigidos	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	35,80%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,67
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	49.600	114 mensais
b	85.528	85.528	33.533	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	8.105	114 mensais
e	21.769	21.769	2.721	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	891	114 mensais
k	29.846	22.438	1.771	114 mensais
l	9.169	9.169	917	10 anuais
Total	<u>355.396</u>	<u>277.384</u>	<u>97.538</u>	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	31.836
2018	32.568	31.892
2019	32.739	32.064
2020	32.745	32.070
Posteriores a 2020	49.880	48.423
	<u>147.932</u>	<u>176.285</u>

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal corrigido	460.190	462.677
Remuneração (juros)	22.090	18.184
Custos com emissão de debêntures (*)	(5.442)	(6.820)
	<u>476.838</u>	<u>474.041</u>
Circulante	60.280	47.500
Não circulante	416.558	426.541

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

16. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	474.041	447.274
Encargos financeiros	69.679	85.666
Pagamento do principal	(19.156)	(16.028)
Pagamento de juros	(47.726)	(42.871)
Saldo final	<u>476.838</u>	<u>474.041</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$ 370.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2016	1ª série - R\$1.406 2ª série - R\$1.295 3ª série - R\$1.269 4ª série - R\$1.244
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

16. Debêntures--Continuação

<u>Descrição</u>	
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	Ba1 (escala global) e Aa2.br (NSR) da Moody's
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

16. Debêntures--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	-	-	37.140	(1.407)	35.733
2018	53.194	(1.334)	51.860	49.937	(1.334)	48.603
2019	69.926	(1.080)	68.846	65.645	(1.080)	64.565
2020	88.646	(885)	87.761	83.219	(885)	82.334
2021	115.129	(583)	114.546	108.081	(583)	107.498
2021 a 2023	93.697	(152)	93.545	87.961	(153)	87.808
	420.592	(4.034)	416.558	431.983	(5.442)	426.541

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	35,79%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,67
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,57

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,69%
Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,73%
Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,71%
Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,66%
		370.000	(12.668)	357.332		

17. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não
		Clientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	37.390
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	6
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	57
CR Almeida S.A. Engenharia e obras (f)	Outras partes relacionadas	-	-	725
Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	3	-	2
Ecopátio Cubatão Lógica Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	4	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora direta	8	-	13
		15	-	38.193
Não circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	122.037
		-	-	122.037
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	728	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	8.685	-
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (f)	Outras partes relacionadas	-	867	-
Consórcio Carvalho Pinto (e)	Outras partes relacionadas	-	4.468	-
		-	14.748	-
Total em 31 de dezembro de 2016		15	14.748	160.230
Total em 31 de dezembro de 2015		102	41.911	123.188

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

<u>Demonstração do resultado</u>		<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas financeiras</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	12.244
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	13.491	9.563	-
Total em 31 de dezembro de 2016		13.491	9.563	12.244
Total em 31 de dezembro de 2015		25.294	13.128	13.898

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$30.738, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$37.390 em 31 de dezembro de 2016 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, há um saldo em aberto de R\$122.037 (R\$108.065 em 31 de dezembro de 2015), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2018.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$68.308. O prazo para execução desses serviços foi em dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$22.496. Os saldos em aberto a pagar R\$63 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, SalinImpregiloS.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$51.719. O prazo para execução dos serviços foi em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, já haviam sido incorridos R\$51.269, e não existem saldos a pagar.
- (f) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$115.975.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

17. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2016 em R\$1.059 (R\$978 em 31 de dezembro de 2015, sendo alterado em AGO para R\$1.209 em virtude do pagamento de remuneração adicional pelo desligamento do diretor superintendente Rodrigo Pinheiro).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.139, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	902	1.037
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 23.c)	63	113
Previdência privada	49	38
Remuneração baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	125	21
	<u>1.139</u>	<u>1.209</u>

18. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 14,41% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

18. Provisão para manutenção--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Constituição da provisão para manutenção	20.813	11.093	-	-	31.906
Efeito de valor presente sobre a constituição	(6.578)	(2.939)	-	-	(9.517)
Realização da manutenção	-	-	(6.553)	-	(6.553)
Ajuste a valor presente - realizações	2.340	-	-	1.776	4.116
	16.575	8.154	(6.553)	1.776	19.952
Circulante	4.850				1.439
Não circulante	11.725				18.513
				Efeito financeiro	
	31/12/2015	Adição	Baixas		31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	31.906	8.384	-	-	40.290
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(2.525)	-	-	(12.042)
Realização da manutenção	(6.553)	-	(5.170)	-	(11.723)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	-	2.284	6.400
	19.952	5.859	(5.170)	2.284	22.925
Circulante	1.439				4.579
Não circulante	18.513				18.346

19. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 15,97% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

19. Provisão para construção de obras futuras--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2015</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(5.338)	(1.151)	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>7.832</u>	<u>(1.151)</u>	<u>-</u>	<u>6.681</u>
Circulante	7.832			6.681
Não circulante	-			-

	<u>31/12/2015</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2016</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>6.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.681</u>
Circulante	6.681			6.681
Não circulante	-			-

20. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Parcelas variáveis	380	360

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	360	359
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	4.022	4.023
Pagamentos	(4.002)	(4.022)
Saldo no fim do exercício	<u>380</u>	<u>360</u>

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

20. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	31/12/2016 Previsão de 2017-2039	31/12/2015 Previsão de 2016-2039
Melhorias na infraestrutura	66.274	104.208
Conservação especial (manutenção)	404.445	418.976
Equipamentos	220.238	207.565

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Companhia por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$54 milhões já realizados em 2016 e R\$234 milhões a serem realizados nos próximos anos. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual o qual será pleiteado no âmbito judicial.

21. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.568	1.373
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	356	267
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	94	104
IRRF a recolher	84	78
Provisão de férias	992	888
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	375	334
	3.469	3.044

22. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

22. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas--Continuação

Política contábil--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	2.938	643	3.581
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.152)	930	(1.222)
(-) Pagamentos	(542)	(417)	(959)
(+) Atualização monetária	228	166	394
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>472</u>	<u>1.322</u>	<u>1.794</u>
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	322	(4)	318
(-) Pagamentos	(81)	(239)	(320)
(+) Atualização monetária	318	125	443
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.031</u>	<u>1.204</u>	<u>2.235</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$2.404 (R\$2.302 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$3.587 (R\$4.949 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito e integralizado é de R\$428.139, representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$350.000 em 31 de dezembro de 2015 representado por 350.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 26 de fevereiro de 2016 foi integralizado um AFAC de R\$34.000.

Em 11 de outubro de 2016 aprovaram o aumento do capital social da companhia, no montante de R\$33.000, mediante a emissão, de 33.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 417.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 417.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 09 de novembro de 2016 aprovaram o aumento do Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 6.000, mediante a emissão de 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 423.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por 423.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 23 de dezembro de 2016 aprovaram o aumento do capital social no montante total de R\$ 5.139 mediante a capitalização da conta orçamento de capital, representadas por 5.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R\$428.139, subscrito e integralizado, representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (Vide Nota Explicativa nº 23. d).

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$5.416 (R\$4.560 em 31 de dezembro de 2015).

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 173.993 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

Data	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 28/04/2013	5ª outorga 21/04/2014
Quantidade de opções de ações	20.667	47.541	105.785
Preço no período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$63 (R\$113 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	47.541	-	47.541
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	47.541	-	68.208
Outorgadas	-	-	105.785	105.785
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	20.667	47.541	105.785	173.993
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	20.667	47.541	105.785	173.993

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2016	17,72	43.498	2,67	116	11 meses
2017	17,73	38.332	3,16	121	23 meses
2018	14,04	26.447	2,10	56	35 meses
		108.277	2,64	293	

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2016 é de R\$56.534 (R\$61.673 em 31 de dezembro de 2015).

Em 23 de dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital mediante aporte direto e a capitalização do Orçamento de capital no valor de R\$5.139.

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$7.101.

O montante de juros sobre capital próprio pagos em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$1.253 refere-se a: R\$8.354 a título de juros sobre o capital próprio do exercício de 2016, calculados conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	22.134
Absorção prejuízos acumulados	<u>(5.016)</u>
	17.118
Reserva legal (5%)	<u>(856)</u>
Base de cálculo dos dividendos	16.262
Proposta da Administração:	
Juros sobre capital próprio	8.354
Dividendos a pagar no exercício seguinte	<u>7.908</u>
Dividendos e JSCP pagos (a pagar) no exercício seguinte	<u><u>16.262</u></u>

24. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

24. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Receitas--Continuação

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- (c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	103.409	98.441
Pedágio por equipamento eletrônico	145.646	149.907
Vale-pedágio	5.710	6.167
	<hr/> 254.765	254.515
Receita de construção (c)	115.904	148.485
Receitas acessórias (b)	13.358	13.667
Receita bruta	384.027	416.667
Deduções da receita bruta	(23.121)	(23.128)
Receita líquida	<hr/> 360.906	<hr/> 393.539

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

24. Receita líquida--Continuação

Política contábil--Continuação

Imposto sobre prestação de serviços--Continuação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	254.765	254.515
Receitas acessórias	13.358	13.667
	<u>268.123</u>	<u>268.182</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(8.044)	(8.046)
PIS (0,65%)	(1.743)	(1.743)
ISS (2% a 5%)	(13.334)	(13.339)
	<u>(23.121)</u>	<u>(23.128)</u>

25. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	21.012	21.461
Conservação e manutenção	7.286	8.847
Serviços de terceiros (*)	36.665	49.600
Seguros (vide Nota Explicativa nº 31)	1.726	1.992
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	4.022	4.023
Provisão para manutenção	5.859	8.154
Custo de construção de obras	115.904	148.485
Depreciações e amortizações	31.954	40.465
Locação de imóveis e máquinas	1.877	1.632
Outros custos e despesas operacionais	7.404	7.361
	<u>233.709</u>	<u>292.020</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	214.594	269.685
Despesas gerais e administrativas	19.115	22.335
	<u>233.709</u>	<u>292.020</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	10.535	11.764
Varição monetária ativa	2.889	2.759
Outras	24	2
	<hr/> 13.448	<hr/> 14.525
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(39.143)	(38.540)
Varição monetária sobre debêntures	(29.158)	(45.653)
Amortização de custos das debêntures	(1.378)	(1.473)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.274)	(23.177)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(4.562)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.284)	(1.776)
Juros sobre contrato de mútuo	(16.438)	(13.898)
Outros	(926)	(315)
	<hr/> (111.163)	<hr/> (124.832)
Resultado financeiro, líquido	<hr/> (97.715)	<hr/> (110.307)

27. Lucro/(prejuízo) por ação

a) Lucro /(prejuízo) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro/ (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	22.134	(5.016)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/ (prejuízo) básico por ação	386.973	340.595
Lucro/ (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<hr/> 0,06	<hr/> (0,01)

b) Lucro/prejuízo diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 23.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

28. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.031 (R\$991 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	659.534	689.048
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(69.746)	(102.327)
Dívida líquida	589.788	586.721
Patrimônio líquido (ii)	498.444	445.601
Índice de endividamento líquido	1,18	1,32

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 20.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 94,39% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.304	4.304
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	16.431	16.431
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	65.442	65.442
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	6.650	6.650
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	182.316	182.316
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	476.838	476.838
Obrigações com o poder concedente (iii)	Outros passivos financeiros	380	380
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	198	198

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Valor justo de ativos e passivos financeiros--Continuação

- (iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iv) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de crédito--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$14.364 (R\$14.586 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	39.548	37.246	34.835	71.307
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.436	7.027	6.636	25.365
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	101.721	95.791	116.425	454.136

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	382	286	191
Debêntures	Alta do IPCA	(58.617)	(59.648)	(60.686)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(2.806)	(3.507)	(4.208)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(11.160)	(13.950)	(16.740)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(72.201)</u>	<u>(76.819)</u>	<u>(81.443)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,25%	7,69%	5,13%
IPCA (b)	4,65%	5,81%	6,98%
TJLP (c)	7,50%	9,38%	11,25%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

30. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$194 (R\$175 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores em milhares de reais)

31. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2016 a junho de 2017	131.278
"All Risk" – responsabilidade civil	Junho de 2016 a junho de 2017	268.818
"All Risk" - operacionais	Junho de 2016 a junho de 2017	1.639.386
Veículos	Abril de 2016 a abril de 2017	Tabela FIPE